

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-04-01

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Almeida, M. A. P. de (2013). O poder local em Portugal e a transição para a democracia. *Revista Portuguesa de Ciência Política*. 3, 81-101

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Almeida, M. A. P. de (2013). O poder local em Portugal e a transição para a democracia. *Revista Portuguesa de Ciência Política*. 3, 81-101. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Título: O poder local em Portugal e a transição para a Democracia¹.

Resumo:

Quem constitui o poder local em Portugal? Quais os grupos sócio profissionais que controlaram as câmaras municipais durante o Estado Novo, no período de transição de 1974-1976 e no período democrático? Qual a evolução do grupo dos presidentes de câmara e governadores civis e quais as diferenças nos critérios de recrutamento e acesso ao poder que foram introduzidas pela alteração do regime?

Para responder a estas questões realizei um trabalho intensivo de investigação e recolha de fontes que resultou numa base de dados com mais de 6.000 entradas respeitantes a 3.102 presidentes de câmara (e vice-presidentes, além de presidentes e vogais de comissões administrativas entre 1974 e 1976) e 402 governadores civis (e substitutos).

Palavras-chave: Poder local, elites políticas, revolução, regimes.

Abstract:

Who's in charge of Portuguese Local Government? Which professional and social groups controlled the municipalities throughout the Estado Novo regime, the 1974-1976 transition period and the democratic period? What was the evolution in the group of mayors and civil governors and what differences in recruitment criteria were introduced with the regime substitution?

In order to answer these questions there was intense research and a database was created with over 6.000 entries regarding 3.102 mayors and 402 civil governors.

Key-words: Local government, political elites, revolution, regimes.

Artigo:

Quem constitui o poder local em Portugal? Quem lidera a política e as instituições? Quais os grupos sócio profissionais que controlaram as câmaras municipais durante o Estado Novo, no período de transição de 1974-1976 e depois das primeiras eleições autárquicas de 12 de dezembro de 1976? Qual a evolução do grupo dos presidentes de câmara e governadores civis e quais as diferenças nos critérios de recrutamento e acesso ao poder que foram introduzidas pela alteração do regime?

¹ O presente artigo está inserido no Projeto “Eleições, liderança e responsabilização: a representação política em Portugal, uma perspetiva longitudinal e comparativa”, coords. André Freire, José Manuel Leite Viegas e Ana Belchior, sediado no CIES, ISCTE-IUL (ref. PTDC/CPJ-CPO/119307/2010). Foram apresentadas versões prévias com os títulos “O poder local do Estado Novo à Democracia: recrutamento e composição das elites municipais antes e depois do 25 de Abril de 1974”, *III Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política*, Secção I, painel 2: “Política e Sociedade Portuguesa”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 30 e 31 de março de 2006, e “O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de Câmara e Governadores Civis, 1936-2012”, *Atas I Congresso Anual de História Contemporânea*, coord. Maria Fernanda Rollo, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Ana Paula Pires, João Paulo Avelãs Nunes (IHC / CEIS20 / Rede História, 2012): 448-457.

Para responder a estas questões realizei um trabalho intensivo de investigação e recolha de fontes² que resultou numa base de dados com mais de 6.000 entradas respeitantes a 3.102 presidentes de câmara (e vice-presidentes, além de presidentes e vogais de comissões administrativas entre 1974 e 1976) e 402 governadores civis (e substitutos) dos 18 distritos de Portugal continental e quatro distritos das ilhas, atuais governos regionais da Madeira e dos Açores. Esta base de dados, construída numa perspetiva prosopográfica³, contém uma lista detalhada de nomes, completada com informações relativas a idades, datas de nomeação e exoneração, duração de mandatos, escolaridade, classificações profissionais⁴ e enquadramento social e familiar, além de percursos políticos anteriores e posteriores⁵.

A análise destas informações tem como objetivo a caracterização do grupo em causa nos três períodos considerados para assim detetar as permanências ou mudanças nas formas e critérios de recrutamento das elites; as diferenças ou semelhanças regionais (Norte / Sul, litoral / interior, urbanidade / ruralidade, entre outros); e as mobilidades políticas e territoriais. Em suma, e de acordo com o manual de instrução de Gianfranco Pasquino para o cientista político, vou utilizar o método comparativo indispensável a

² Despachos e portarias de nomeação e exoneração de presidentes de câmara e comissões administrativas, emitidos pela Direção Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior / Ministério da Administração Interna, publicados no *Diários do Governo / Diário da República*, IIª série, 1926 a 1976. “Relação nominal dos Presidentes das Câmaras Municipais à data da revolução de 25/4/1974 (com referência a 23/11/1973)”, IANTT, MAI-ACL-MAI-GM-AL0056, cx. 442. *Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais*, STAPE, MAI, Lisboa, 1976, 1979, 1982, 1985, 1989, 1993, 1997, 2001, 2005. Registos de eleitos locais em microfichas 1976-1989 e em CDRom 1993-1997. *Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais – 1976. Câmaras Municipais. Juntas de Freguesia. Lista dos Presidentes*, Lisboa, STAPE, MAI, 1977, 1979, 1982, 1985, 1989, 1993, 1997. Para as eleições autárquicas de 2009 e posteriores alterações na composição dos executivos: consulta da imprensa, páginas na internet e sites das respetivas câmaras municipais.

³ José Amado Mendes, “O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos”, *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992, p. 359.

⁴ As categorias profissionais foram agrupadas na seguinte tabela, adaptada da Classificação Nacional de Profissões: 1. Quadros Superiores e Dirigentes da Administração Pública e Empresas; 2. Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; 3. Oficiais das Forças Armadas; 4. Outros militares; 5. Professores; 6. Empresários / Industriais; 7. Proprietários; 8. Agricultores; 9. Comerciantes; 10. Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio; 11. Funcionários Públicos; 12. Padres; 13. Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços e Vendedores; 14. Bancários; 15. Trabalhadores Rurais; 16. Pescadores; 17. Operários, Artífices e Operadores de Máquinas; 18. Domésticas; 19. Estudantes; 20. Desempregados; 21. Nobres. A categoria dos “Aposentados” ficou separada das outras no intuito de distinguir, quando possível, a profissão de origem.

⁵ A base de dados foi parcialmente publicada na obra Maria Antónia Pires de Almeida, *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de Câmara e Governadores Civis, 1936-2012* (Lisboa: 2013) e a sua publicação ficará completa na obra da mesma autora, *Dicionário biográfico do poder local em Portugal, 1936-2013* (Lisboa: 2014), no prelo.

esta disciplina, pois, segundo o autor, compara-se para fundamentar as nossas generalizações e controlar a sua validade; compara-se para avaliar⁶.

Esta avaliação será interessante para o apuramento do impacto da transição para a Democracia nas carreiras e percursos de vida das elites locais, que representam a face mais visível do Estado a nível das populações. Com esta apresentação de resultados, pretendo demonstrar que houve substituição das elites, se bem que, nalguns casos, se tenha verificado uma continuidade do grupo e respetivos critérios de recrutamento e dos elementos que definem o acesso aos cargos mais altos das autarquias e dos governos locais. Será necessária, e é possível com os dados disponíveis, uma análise mais detalhada a nível de comparação regional ou de evolução cronológica, mas que não cabe nas dimensões requeridas para este artigo, que se limita à observação do grupo em causa comparando as seguintes variáveis nos períodos do Estado Novo, transição e regime Democrático: duração dos mandatos, categorias profissionais, habilitações, idade na posse e mobilidades entre regimes e entre cargos políticos.

Partindo da premissa de Ronald Inglehart e Pippa Norris, que afirma que os valores pós-materialistas na geração mais nova das sociedades pós-industriais levaram à erosão gradual da política baseada em classes⁷, vou tentar demonstrar até que ponto esse critério se aplica em Portugal no poder local, onde fatores como a personalidade dos candidatos e o contato direto com a população parecem ter ultrapassado os tradicionais critérios de classe e ideologia.

Os estudos sobre elites locais têm uma certa tradição na historiografia portuguesa, geralmente incluídos em monografias locais que remetem a um passado distante, com a intenção de exaltar a respetiva localidade com a presença ou a passagem de figuras de reconhecida importância social ou política. Nas últimas décadas desenvolveu-se no mundo académico uma nova abordagem dos estudos locais. A construção de retratos das sociedades locais passou a ser realizada por historiadores e outros cientistas sociais, no âmbito académico, e com um suporte teórico e uma metodologia que em muito contribuíram para elevar estes estudos a outro patamar de

⁶ Gianfranco Pasquino, "The study of political science: methods and goals", coord. Cristina Montalvão Sarmiento, Isabel Cluny, *Ciência Política, Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, vol. XVI-XVII, IIª série (2003): 18.

⁷ Ronald Inglehart, Pippa Norris, *Rising Tide. Gender Equality and Cultural Change around the World*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, p. 91.

reconhecimento, que antes não possuíam⁸. Este tipo de investigação pressupõe interdisciplinaridade entre a História, a Ciência Política e ainda o recurso a instrumentos e metodologias de outras ciências como a Sociologia ou a Antropologia, por exemplo na recolha de fontes orais.

Com o objetivo muito concreto de alargar o âmbito geográfico do estudo das elites políticas locais a todo o território nacional, e tentar perceber o impacto da transição para a democracia nesse grupo, o que se almeja é um conhecimento mais rigoroso e fiável do grupo das elites portuguesas que representam e têm um papel mediador entre as populações locais e o poder central, entre o Estado e Sociedade⁹. Esse papel sofreu uma evolução, as suas características foram alteradas com a transição para a democracia, e os atores que o desempenham também têm uma evolução histórica que tem de ser analisada e sistematizada. As características sociológicas deste grupo serão confrontadas com as de outras elites políticas, como por exemplo os ministros, os deputados no Estado Novo e no período democrático e os presidentes. No que diz respeito à participação política das mulheres em Portugal, desde o episódio de Carolina Beatriz Ângelo, médica, viúva e mãe, que em 1911 foi a primeira mulher a votar nas eleições para a Assembleia Constituinte¹⁰, e do acesso ao voto em 1931 limitado às chefes de família ou detentoras de diplomas de ensino secundário ou superior¹¹, entre 1934 e 1973 apenas 14 mulheres estiveram representadas na Assembleia Nacional e na

⁸ Maria Antónia Pires de Almeida, “Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX”, *Análise Social*, vol. XLIII (188) (2008): 627-645.

⁹ Fernando Ruivo, “Local e Política em Portugal: o Poder Local na Mediação entre o Centro e a Periferia”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 30 (1990): 77. Maria Manuela Mendes, “As Elites Políticas num Concelho da Área Metropolitana do Porto”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14 (1993): 178.

¹⁰ Invocou a sua qualidade de chefe de família. Dado que não lhe foi reconhecido o direito à inscrição como eleitora, recorreu aos tribunais, tendo-lhe sido concedido o direito de voto pelo Juiz João Baptista de Castro, pai de Ana de Castro Osório. Como consequência, a lei foi alterada, negando-se o direito de voto às mulheres, ainda que chefes de família.

¹¹ O Decreto n.º 19.894, de 5/5/1931 previu, pela primeira vez, expressamente, o voto das mulheres nas eleições dos vogais das juntas de freguesia e do poder legislativo, quando chefes de família. Porém, enquanto para os eleitores do sexo masculino bastava saberem ler, escrever e contar, para as mulheres era necessário comprovar por diploma os cursos secundário ou superior. Dois meses depois, o Decreto n.º 20.073, 15/7/1931 alargou o voto das mulheres às cidadãs emancipadas e previu a possibilidade destas exercerem funções públicas nos respetivos concelhos. Em 1945 o voto feminino foi alargado às eleições para o Presidente da República e para a Assembleia Nacional: Decreto-Lei n.º 35.426, 31/12/1945, que definiu como eleitores os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português, ou, caso não o saibam, que paguem ao Estado impostos não inferiores a 100\$00; os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, com as seguintes habilitações mínimas: curso geral dos liceus, curso do magistério primário, cursos das escolas de belas artes, cursos dos conservatórios, cursos dos institutos industriais e comerciais.

Câmara Corporativa, muitas delas com cargos dirigentes na Mocidade Portuguesa e na Obra das Mães pela Educação Nacional e no Instituto Maternal¹², e apenas uma exerceu o cargo de Subsecretária de Estado da Assistência, em 1971.

Com a transição para a democracia em Portugal, a lei eleitoral estabeleceu pela primeira vez a igualdade total dos sexos¹³, assim como várias outras leis abriram caminho para a igualdade dos direitos cívicos, sociais e políticos. As comissões administrativas das câmaras municipais foram os primeiros órgãos políticos a ter presidências femininas em 1974, em simultâneo com a nomeação da primeira mulher a exercer o cargo de secretária de Estado da Segurança Social do Primeiro Governo Provisório, em 16 de maio de 1974, e logo a seguir ministra dos Assuntos Sociais nos segundo e terceiros Governos Provisórios entre julho de 1974 e março de 1975: Maria de Lourdes Pintasilgo, que também foi a primeira e única mulher a exercer o cargo de Primeiro-Ministro, em 1979. A partir das primeiras eleições em 1976, um número crescente de mulheres começou a ser eleito tanto para a Assembleia da República, como para as Câmaras Municipais, e depois para a o Parlamento Europeu, assim como algumas foram nomeadas para cargos de governo. No entanto, apesar de não existir formalmente qualquer discriminação entre homens e mulheres, verifica-se ainda em Portugal, como na maioria dos países, uma “sub-representação feminina nos órgãos de poder político”¹⁴.

1. Enquadramento legal

O poder local em Portugal tem uma organização herdada do liberalismo. Com a reforma administrativa de 1835 foi criada a figura do Governador Civil, cujas competências incluíam, entre outras, a organização das eleições dos deputados da nação e a transmissão das leis, regulamentos e ordens superiores, às autoridades subalternas. Após algumas reformas ao longo do século XIX, a República veio encontrar o distrito bem implantado na estrutura orgânica do Estado e o governador civil como delegado privilegiado do poder central.

¹² Ana Vargas, “Mulheres na Assembleia Nacional (1933-1974)”, *Eleições. Revista de Assuntos Eleitorais*, 6 (2000): 43-44.

¹³ Decreto-Lei nº 621-A/74, de 15/11/1974.

¹⁴ José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria, *As mulheres na política* (Lisboa: INCM, 1999): 19. *Idem*, “Participação Política Feminina. Percursos, Constrangimentos e Incentivos”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 30 (1999): 55-87.

O golpe de Estado de 28 de maio de 1926 veio suspender as disposições administrativas vigentes. Logo em julho de 1926 foram dissolvidos todos os corpos administrativos do Continente e Ilhas, ficando os governadores civis encarregados do envio para o Ministério do Interior, dos nomes dos cidadãos que deveriam fazer parte das futuras comissões administrativas das câmaras municipais¹⁵. A partir daí o governador civil assumiu um papel fundamental como representante do poder central. As comissões administrativas funcionaram entre 1926 e dezembro de 1937, altura em que foram dissolvidas e os presidentes de câmara efetivos foram nomeados, assimilando as velhas elites para os quadros locais do Estado Novo, tal como a República tinha assimilado as elites locais da Monarquia.

A reforma administrativa do Estado Novo está maioritariamente contida no *Código Administrativo* elaborado por Marcelo Caetano, aprovado em 1936 e revisto em 1940¹⁶, que consagrou o princípio da autarquia local. O governador civil tinha de ser um cidadão português no gozo dos seus direitos civis e políticos, compreendido numa das seguintes categorias: diplomado com um curso superior; funcionário civil com categoria igual ou superior à de chefe de repartição; oficial do exército ou da Armada com patente não inferior a capitão ou primeiro-tenente; antigo governador civil; antigo presidente de câmara; antigo vereador ou vogal de junta de província, que tenha exercido o mandato durante quatro anos, pelo menos. As suas funções abrangiam, por um lado, a de representante do Governo e por outro lado, a de autoridade policial. Tinha ainda um papel fundamental na administração local, pois controlava a atuação dos presidentes de câmara do seu distrito, que passaram a ser nomeados pelo Ministro do Interior, por recomendação do governador civil. Assim como em Espanha, onde no século XX se assistiu a um processo de esvaziamento de poderes das autarquias, passando estas a ser corpos administrativos absolutamente dependentes do governo central, que nomeava e exonerava os *alcaldes*, também em Portugal, com o Estado Novo, o governo local passou a ser controlado pelos governadores civis. A sua autonomia era muito reduzida em praticamente todos os aspetos. Os municípios tinham uma quase total dependência política e financeira em relação ao governo, nomeadamente ao Ministério do Interior.

Segundo o *Código Administrativo*, as Câmaras Municipais eram compostas pelo Presidente da Câmara (art. 37º) e vereadores em número variável (entre 3 e 6, e em

¹⁵ Decreto-Lei nº 11.875 de 13/7/1926.

¹⁶ Decreto-Lei nº 27.424, 31/12/1936.

Lisboa 12, com eleição por lei especial, art. 38º), consoante a ordem do concelho, eleitos trienalmente. Os Presidentes da Câmara eram nomeados entre os respetivos munícipes, de preferência vogais do conselho municipal, antigos vereadores ou membros das comissões municipais, ou diplomados com um curso superior (art. 71º). Os mandatos tinham a duração de seis anos e podiam ser reconduzidos por períodos sucessivos de igual duração (art. 72º). O código administrativo de 1940 alterou a duração dos mandatos para oito anos, perante a dificuldade em encontrar pessoas disponíveis para o exercício dos cargos, especialmente em concelhos do interior. Este fenómeno prende-se com a necessidade de pessoas qualificadas a exercer um cargo com alguma exigência e não remunerado na maioria dos casos¹⁷. De facto, os presidentes de câmara eram escolhidos entre os notáveis locais, os representantes dos grupos que reuniam maior prestígio, o qual se traduzia em capital social simbólico¹⁸ (formação académica, posição pessoal ou familiar no espaço social, e outros) e económico.

O cargo era incompatível com o exercício de quaisquer outras funções públicas remuneradas pelo Estado¹⁹, o que implicava que os presidentes de câmara tinham mesmo de ter os seus próprios meios de subsistência, além de manterem as suas atividades profissionais em paralelo.

Com o regime democrático assistiu-se à redução dos poderes e do leque de ação dos governadores civis. A partir de 1974 iniciou-se um processo de descentralização administrativa e de reforço do poder local, que se inseriu na tendência geral dos países ocidentais nos anos 60 e 70 no sentido de se realizarem reformas “tradicionais”, com o objetivo de fortalecer as instituições políticas e administrativas do estado social²⁰. A orientação política foi no sentido da descentralização e do alargamento dos direitos o

¹⁷ Segundo o Código Administrativo de 1936, apenas os presidentes das câmaras de Lisboa e Porto e dos concelhos de 1ª ordem (rurais e urbanos) é que eram remunerados (e só a partir de 1/1/1938). Os vereadores não o eram. Estavam nesta categoria 26 concelhos, (8,6% dos 303). A classificação dos concelhos em rurais e urbanos e em 1ª, 2ª e 3ª ordens obedecia a critérios demográficos e fiscais. Com a revisão do código em 1946 passaram também a ser remunerados os presidentes das câmaras dos concelhos urbanos de 2ª ordem (Decreto-Lei nº 35.927 de 1/11/1946), o que, junto com a reclassificação de alguns concelhos, aumentou o número de presidentes remunerados para 68 (22,4%). Os ordenados também eram desiguais, variando entre 5.000\$00 em Lisboa, 4.500\$00 no Porto, 4.000\$00 em Coimbra, 3.000\$00 nos outros concelhos urbanos de 1ª ordem, 2.500\$00 nos concelhos rurais de 1ª ordem com sede em sede de distrito, 2.000\$00 nos outros concelhos rurais de 1ª ordem. Nos concelhos urbanos de 2ª ordem o ordenado era estabelecido por proposta da respetiva câmara e não podia ultrapassar os 2.000\$00.

¹⁸ Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico* (Lisboa: Difel, 1989): 136-137.

¹⁹ Art. 74º do *Código Administrativo* de 1940, promulgado pelo Decreto-Lei nº 31.095, de 31/12/1940.

²⁰ Hellmut Wollmann, “Local Government Reforms in Great Britain, Sweden, Germany and France: Between Multi-Function and Single-Purpose Organisations”, *Local Government Studies*, 30 (4) (2004): 641.

oportunidades dos cidadãos e da sua capacidade de influenciar e participar no processo de decisão local. Em Portugal a Constituição de 1976 definiu as grandes linhas relativas às atribuições e competências dos municípios, freguesias e futuras regiões administrativas.

No próprio dia 24 de abril de 1974 os titulares dos cargos mais altos do Estado – Presidente da República, Governo, Assembleia Nacional e Conselho de Estado – foram destituídos pela Lei nº 1/74, e os governadores civis foram demitidos pelo Decreto-Lei nº 170/74, ambos emitidos no próprio dia 25 de abril. Poucos dias depois, logo em 2 de maio de 1974, começaram a ser publicadas no *Diário do Governo* portarias de exoneração individuais de presidentes de câmara²¹, que continuaram até à publicação de legislação específica que deu competências ao Ministro da Administração Interna para, mediante portaria, dissolver os corpos administrativos e nomear em sua substituição, comissões administrativas que seriam “compostas por personalidades independentes ou pertencentes a grupos e correntes políticas que se identifiquem com o Programa do MFA” e que funcionariam até às primeiras eleições autárquicas que se realizaram no dia 12 de dezembro de 1976²². Até à nomeação destas, as câmaras ficariam sob a administração dos vereadores “mais velhos”. Naturalmente que os presidentes e vice-presidentes de câmara que não se “identificavam” com o referido programa do MFA, ou que sentiram pressões políticas locais nesse sentido, apresentaram o seu pedido de exoneração antes que esta se produzisse automaticamente no dia 18 de junho de 1974, o prazo legal fixado por este diploma para o fim dos mandatos. As autarquias foram então geridas por comissões administrativas durante dois anos, verificando-se a quase total substituição das elites locais.

Finalmente, a partir de 1976 passou a haver eleições autárquicas de forma regular, no início com intervalos de três anos e a partir de 1985 com intervalos de quatro. Os legisladores da primeira Constituição democrática portuguesa consideraram necessário disseminar os partidos pela sociedade, como forma de representação política, depois uma ausência de meio século, desde a ditadura militar e durante o regime autoritário. Para construir uma rede de estruturas locais, os partidos precisaram de encontrar suportes reais nas comunidades locais. O sistema que instituiu as listas

²¹ *Diário do Governo (DG)*, II série, a partir do nº 113 de 15/05/1974, algumas com efeito a partir de 26/4/1974.

²² Decreto-Lei nº 236/74 de 3/6/1974.

fechadas e o número de vereadores proporcional aos resultados eleitorais foi considerado o mais favorável para proporcionar representatividade a todos os partidos políticos, independentemente do tamanho e das maiorias. E teve como objetivo a sua introdução na vida dos cidadãos e nos seus hábitos de representação política, já que até então eram nulos. Em resumo, os partidos políticos foram uma escola para aprendizagem da Democracia a nível local.

E assim continuaram até que em 1997 a revisão constitucional permitiu a candidatura de grupos de cidadãos eleitores às eleições autárquicas. As candidaturas independentes eram aceites desde a Constituição de 1976, tanto para o parlamento, como para as autarquias, mas apenas integradas em listas de partidos. E os grupos de cidadãos eleitores também podiam concorrer às juntas de freguesia desde 1976. No entanto, as eleições de 2001 foram as primeiras a aceitar candidaturas para as câmaras municipais de cidadãos independentes em nome individual ou integrados em grupos sem qualquer vínculo a partidos políticos pré-estabelecidos. Estes grupos têm algumas semelhanças com os partidos locais existentes nos países do Norte da Europa, especialmente na Alemanha, onde o regime federal origina uma forte aposta dos partidos nos níveis de governo central e regional, mas um enorme desinvestimento dos mesmos ao nível mais baixo dos municípios. Como consequência, a organização política local é mais livre e descomprometida que nos níveis intermédios e superiores. Isto é o que se passa na Alemanha e, por exemplo, na Bélgica e nos países nórdicos. O que se verificou até ao presente parece indicar-nos que definitivamente esta tendência não se aplica ao caso português.

Em 1997 o artigo 239º da Constituição respeitante às autarquias foi alterado sem grande discussão, pois foi considerado uma evolução natural num regime democrático estável. O mesmo não aconteceu à proposta para permitir candidatos independentes nas listas eleitorais para a Assembleia da Republica, que foi rejeitada.

Na prática, a presença dos partidos em todos os níveis da política portuguesa continua preponderante. Apesar de em 2001 em Portugal terem sido eleitos 21 presidentes de câmara independentes ou como cabeças de lista de grupos de cidadãos, o que representa 6,8% das 308 câmaras do território português, os partidos ainda controlam com grande força todo o processo eleitoral em Portugal.

Em resumo, ao longo do século XX as elites políticas locais sofreram uma evolução no seu processo de seleção: durante a Monarquia e na Primeira República as câmaras e os respetivos presidentes eram eleitos; no Estado Novo os presidentes de câmara passaram a ser nomeados, e, a partir de 1976, voltou a haver eleições, pela primeira vez com sufrágio universal. Nos períodos de transição, entre 1926 e 1937 e entre 1974 e 1976 houve comissões administrativas nas câmaras municipais, nomeadas diretamente pelos Ministérios do Interior ou da Administração Interna.

No que diz respeito às ilhas dos Açores e da Madeira, durante o Estado Novo eram nomeados Governadores dos Distritos Autónomos de Angra do Heroísmo, da Horta, de Ponta Delgada e do Funchal. A Constituição de 1976 estabeleceu o conceito de Regiões Autónomas (art. 225º) e aplicou-lhes um regime político-administrativo próprio no qual foram criadas assembleias legislativas regionais e governos próprios. Existe ainda a figura do Representante da República²³ que representa a soberania portuguesa em cada uma das Regiões Autónomas, nos termos do artigo 230.º da Constituição. O Representante da República substituiu o Ministro da República como órgão de fiscalização da constitucionalidade das leis regionais e como especial representante do Presidente da República. É ele que nomeia o Presidente do Governo Regional, tendo em conta os resultados eleitorais²⁴.

Com a tomada de posse do XIXº Governo Constitucional em 21 de junho de 2011, os Governos Cívicos foram extintos e todos os 18 Governadores Cívicos foram exonerados em 30 de junho de 2011.

2. Governadores Cívicos

Foram apurados 402 indivíduos que exerceram o cargo de Governador Cívico no território de Portugal Continental e ilhas dos Açores e da Madeira (Governadores do Distrito Autónomo) entre 1936 e 2011. Entre eles um exerceu o cargo em três distritos diferentes, 19 em dois distritos e 11 no mesmo distrito duas vezes. A permanência no

²³ Cargo criado pela Lei Constitucional n.º 1/2004, de 24/7/2004.

²⁴ Arts. 230º e 231º da *Constituição da República Portuguesa*.

cargo é menor no período democrático: a média de duração de mandatos até 1974 é de 4,3 anos²⁵, enquanto após essa data passa a 2,9²⁶.

Quadro I: Duração dos mandatos dos Governadores Cívicos, 1936-1974

Duração dos mandatos dos Governadores Cívicos (em anos)	Nº	%
De 0 a 1 ano	22	10,78
Entre 1 ano e 2 anos	38	18,63
Entre 2 e 4 anos	59	28,92
Entre 4 e 8 anos	64	31,37
Mais de 8 anos	21	10,29
Total de mandatos apurados	204	100,00
Total de indivíduos	184	
Maior permanência no cargo	22,3	
Média de anos no cargo	4,3	

Quadro II: Duração dos mandatos dos Governadores Cívicos, 1974-2011

Duração dos mandatos dos Governadores Cívicos (em anos)	Nº	%
De 0 a 1 ano	42	18,50
Entre 1 ano e 2 anos	61	26,87
Entre 2 e 4 anos	75	33,04
Entre 4 e 8 anos	42	18,50
Mais de 8 anos	7	3,08
Total de mandatos apurados	227	100,00
Total de indivíduos	218	
Maior permanência no cargo	14	
Média de anos no cargo	2,88	

No que diz respeito aos grupos profissionais, salientam-se, com uma clara maioria, antes de 1974, os “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas”, seguidos dos “Oficiais das Forças Armadas”. Enquanto no período após 1974 os

²⁵ Houve um que cumpriu 20 anos e outro 22 anos e três meses, sem acumulação de mandatos: António de Freitas Pimentel, GC Horta 1953 e José Félix de Mira, GC Évora 1946. Com mandatos acumulados os indivíduos tiveram uma média de 4,6 anos de exercício dos cargos.

²⁶ Com acumulação de mandatos passa a 3,2 anos por indivíduo. O maior mandato foi o de Aires Querubim de Meneses Soares, GC Vila Real entre 1980 e 1994. Não se contabilizam aqui os presidentes dos Governos Regionais da Madeira, Alberto João Jardim, que exerce o cargo desde 1978, e dos Açores, João Bosco Mota Amaral, que exerceu entre 1976 e 1995.

referidos “Especialistas” já têm uma percentagem mais baixa e são seguidos dos “Professores”. As habilitações dos governadores civis no Estado Novo implicavam estudos superiores na maioria dos casos, o que se verificava na prática. Com o regime democrático introduziram-se alguns indivíduos com habilitações mais baixas, mas em número pouco significativo. No Estado Novo os Governadores Civis foram nomeados com uma média de idades mais baixa que no período democrático.

Quadro III: Profissões dos Governadores Civis, 1936-1974

Grupo profissional dos Governadores Civis, 1936-1974	Nº	%
Comerciantes	1	0,69
Empresários / Industriais	1	0,69
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	66	45,83
Funcionários Públicos	16	11,11
Oficiais das Forças Armadas	42	29,17
Professores	7	4,86
Proprietários	1	0,69
Quadros Superiores e Dirigentes da Administração Pública e Empresas	10	6,94
Total apurado	144	100,00

Quadro IV: Profissões dos Governadores Civis, 1974-2011

Grupo profissional dos Governadores Civis, 1974-2011	Nº	%
Agricultores	1	0,61
Bancários	6	3,66
Empresários / Industriais	11	6,71
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	60	36,59
Funcionários Públicos	13	7,93
Oficiais das Forças Armadas	10	6,10
Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	1	0,61
Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços e Vendedores	3	1,83
Professores	39	23,78
Quadros Superiores e Dirigentes da Administração Pública e Empresas	12	7,32
Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário	8	4,88

Total apurado	164	100,00
---------------	-----	--------

Quadro V: Habilitações dos Governadores Civis, 1936-1974

Habilitações dos Governadores Civis, 1936-1974	Nº	%
Bacharelato	3	1,73
Curso Técnico	1	0,58
Doutoramento	4	2,31
Estudos superiores	28	16,18
Licenciatura	136	78,61
Pós-graduação	1	0,58
Total apurado	173	100,00

Quadro VI: Habilitações dos Governadores Civis, 1974-2011

Habilitações dos Governadores Civis, 1974-2011	Nº	%
Bacharelato	3	1,74
Curso Técnico	9	5,23
Doutoramento	5	2,91
Ensino secundário	7	4,07
Estudos superiores	11	6,40
Licenciatura	116	67,44
Magistério Primário	3	1,74
Mestrado	10	5,81
Pós-graduação	8	4,65
Total apurado	172	100,00

Quadro VII: Média de idades dos Governadores Civis na tomada de posse

Governadores Civis	
1936-1974	45,5
1974-2011	48,5

3. Presidentes de Câmara

Foram apurados 375 presidentes das comissões administrativas no período de transição anterior ao Estado Novo, entre 1926 e 1937. Caracterização: 54,7% tinham estudos superiores conhecidos, entre os quais três com doutoramento, 26 com

licenciatura discriminada e três com bacharelato. Há dois oficiais do exército na reserva e um capitão de cavalaria aposentado. Grupos profissionais: entre os presidentes cuja profissão foi apurada (o que não foi possível em 41,6% dos casos), 66,7% eram especialistas das profissões intelectuais e científicas e licenciados e bacharéis não especificados. Apenas 16,4% eram oficiais do exército, o que contraria, a nível local, as características do regime militar que vigorou nesses anos. Os padres representavam 6,4%, os professores 3,7%, e os proprietários e os nobres 1,8% cada.

Os presidentes de câmara nomeados no final de 1937 foram maioritariamente os mesmos que já eram presidentes das comissões administrativas nomeadas no período de transição anterior: pelo menos em 58,5% dos casos. Esta continuidade entre o período de transição e a estabilidade do regime não se repetiu com a entrada em vigor do regime democrático: após a vigência das comissões administrativas nomeadas entre 1974 e 1976, verificou-se uma rutura quase total. Em resumo, nas 304 câmaras, e entre os 464 presidentes de comissões administrativas, apenas 16,6% dos presidentes (em 25,3% das câmaras) foram eleitos a partir de 1976. Ao apurar se as elites dos períodos de transição se mantêm no poder quando estes terminam e se entra em regimes de estabilidade pretende-se verificar até que ponto estas elites locais são mesmo transitórias ou são as mesmas que sempre detiveram o poder e continuam a detê-lo. Na transição para o período democrático a continuidade foi nitidamente menor do que na transição para o Estado Novo. Em 1937 isto explica-se pelo facto de que quem nomeou as comissões administrativas foi a mesma entidade que nomeou depois os presidentes: o Ministério do Interior, além de que os critérios eram certamente os mesmos. Com a transição para a democracia houve uma maior descontinuidade provocada pelo início do processo eleitoral que alterou definitivamente as regras do jogo. Em 1976 verificou-se que o plebiscito popular não validou as opções tomadas no período revolucionário.

A partir de dezembro de 1937 até 1974 foram nomeados 1829 Presidentes de Câmara. A maioria foi nomeada apenas uma vez, mas 95 indivíduos foram nomeados múltiplas vezes na mesma câmara ou em câmaras diferentes. Verificou-se alguma mobilidade geográfica dos presidentes das câmaras, geralmente dentro do mesmo distrito, mas também entre distritos diferentes, associada à mobilidade profissional dos indivíduos. Os seus mandatos tiveram uma duração média de 5,3 anos, com a maior

permanência no cargo de 21,3 anos para o Presidente da Câmara do Sardoal, que foi reconduzido duas vezes com louvores.

Quadro VIII: Duração dos mandatos dos Presidentes de Câmara, 1937-1974

Duração dos mandatos (em anos) dos Presidentes de Câmara, 1937-1974	Nº	%
De 0 a 1 ano	189	9,97
Entre 1 ano e 2 anos	259	13,67
Entre 2 e 4 anos	508	26,81
Entre 4 e 8 anos	545	28,76
Mais de 8 anos	394	20,79
Total de mandatos apurados	1895	100,00
Total de indivíduos	1829	
Maior permanência no cargo	21,3	
Média de anos no cargo	5,3	

Quanto aos presidentes de câmara a partir de 1976, foram eleitos 1273 indivíduos para 1348 mandatos até 2012 (contando já com as alterações após as eleições de 11 de outubro de 2009), e lá permaneceram uma média de 8,4 anos ou 2,3 mandatos.

Quadro IX: Duração dos mandatos dos Presidentes de Câmara, 1976-2012

Duração dos mandatos (em anos) dos Presidentes de Câmara, 1976-2012	Nº	%
De 0 a 1 ano	28	2,08
Entre 1 ano e 2 anos	37	2,74
Entre 2 e 4 anos	499	37,02
Entre 4 e 8 anos	302	22,40
Mais de 8 anos	482	35,76
Total de mandatos apurados	1348	100,00
Presidentes com 37 anos no cargo (Braga e Vila Nova de Poiares)	2	0,15
Total de indivíduos	1273	
Maior permanência no cargo	37	
Média de anos no cargo	8,4	

Quadro X: Número dos mandatos dos Presidentes de Câmara, 1976-2012

Número de mandatos, 1976-2012	Nº	%
Incompleto	60	4,48
1	494	36,92
Mais de 1 a 3	510	38,12
Mais de 3 a 5	211	15,77
Mais de 5	63	4,71
Total	1338	100,00
Maior nº de mandatos (2 casos)	10	
Média de nº de mandatos	2,3	

Depois de um período de mais de meio século de nomeações sob proposta local, a partir das primeiras eleições autárquicas “os partidos afiguram-se como os canais quase exclusivos da mediação política, assumindo-se, em consequência, como os principais responsáveis pela mobilização e participação de novos grupos sociais”²⁷. Para além dos critérios de eleição, será também interessante analisar os de reeleição e de legitimação da permanência no cargo, em alguns casos durante mais de 30 anos. As renovações sucessivas dos mandatos terminaram em 2013, com a aplicação da lei que os limitou a três.

Os longos mandatos, característicos do período democrático, são em muitos casos complementados com carreiras noutros níveis da política nacional e mesmo europeia, o que levou à profissionalização dos cargos, que não existia no regime anterior. Com a remuneração do cargo, especialmente nos concelhos hierarquicamente inferiores – os mais rurais, verificou-se uma evolução significativa, por ter passado a existir a possibilidade da dedicação profissional exclusiva ao cargo, o que terá contribuído para duas alterações na administração local: o alargamento do grupo social com acesso ao poder local e a maior especialização do cargo e das capacidades administrativas dos autarcas. O facto de o presidente da câmara poder abandonar, mesmo temporariamente, as suas atividades profissionais habituais sem prejuízo do seu padrão de consumo e nível de vida (o mais frequente é que até o favoreça) permitiu o acesso ao cargo a profissionais de áreas totalmente diferentes das tradicionais. Também não podemos ignorar que as novas definições do conceito de autarquia local e as atribuições e competências dos órgãos eleitos a partir de 1976 alargaram a autonomia administrativa,

²⁷ Mendes, Maria Manuela, *op. cit.*, p. 178.

ao mesmo tempo que marcaram de forma mais explícita a separação dos poderes locais²⁸ e o trabalho inerente ao cargo.

Com a transição de regime verificou-se uma efetiva recomposição social em grande parte das câmaras. Enquanto no Estado Novo os grupos profissionais predominantes entre os presidentes eram os “Especialistas” e os “Oficiais das Forças Armadas”, que concentravam 57% das categorias profissionais, após 1974 assistiu-se a uma maior diversidade sócio profissional deste grupo.

Quadro XI: Profissões dos Presidentes de Câmara, 1937-1974

Grupos profissionais dos Presidentes de Câmara, 1937-1974	Nº	%
Agricultores	12	1,36
Bancários	1	0,11
Comerciantes	13	1,47
Empresários / Industriais	28	3,16
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	307	34,69
Funcionários Públicos	52	5,88
Nobre	11	1,24
Oficiais das Forças Armadas	195	22,03
Padres	45	5,08
Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços e Vendedores	1	0,11
Professores	124	14,01
Proprietários	61	6,89
Quadros Superiores e Dirigentes da Administração Pública e Empresas	24	2,71
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	11	1,24
Total de profissões apuradas	885	100,00

Entre maio de 1974 e dezembro de 1976 assumiram a presidência das comissões administrativas das câmaras 464 indivíduos, além de 2.083 vogais e vice-presidentes. 229 Presidentes possuíam habilitações superiores (49,4%) e 5,2% tinham um curso técnico. No conjunto dos membros das comissões, os valores alteram-se consideravelmente: 26,6% de habilitações superiores e 6,7% de cursos técnicos.

²⁸ Por exemplo a função de policiamento foi retirada da lista das atribuições: art. 2 da Lei nº 79/77 de 25/10/1977.

Quadro XII: Habilitações dos presidentes das comissões administrativas, 1974-1976

Habilitações dos presidentes das comissões administrativas, 1974-1976	H	% H	M	% M	H+M	% H+M
licenciatura conhecida	157	34,5	4	44,4	161	34,7
estudos superiores	67	14,7	1	11,1	68	14,7
curso técnico	24	5,3	0	0,0	24	5,2
não se apuraram habilitações	207	45,5	4	44,4	211	45,5
Totais	455	100,0	9	100,00	464	100,0

Quadro XIII: Habilitações dos membros das comissões administrativas, 1974-1976

Habilitações dos membros das comissões administrativas, 1974-1976	H	% H	M	% M	H+M	% H+M
licenciatura conhecida	394	16,0	26	28,26	420	16,5
estudos superiores	223	9,1	33	35,87	256	10,1
curso técnico	164	6,7	6	6,52	170	6,7
não se apuraram habilitações	1674	68,2	27	29,35	1701	66,8
Totais	2455	100,0	92	100,00	2547	100,0

Os respetivos grupos profissionais estão especificados nos seguintes quadros.

Quadro XIV: Profissões dos presidentes das comissões administrativas, 1974-1976

Grupos profissionais dos presidentes das comissões administrativas	H	% H	M	% M	H+M	% H+M
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	147	32,3	2	22,2	149	32,1
Professores	59	13,0	3	33,3	62	13,4
Comerciantes	51	11,2	0	0,0	51	11,0
Funcionários Públicos	37	8,1	2	22,2	39	8,4
Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços e Vendedores	33	7,3	0	0,0	33	7,1
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	30	6,6	0	0,0	30	6,5
Empresários / Industriais	23	5,1	0	0,0	23	5,0
Proprietários	21	4,6	0	0,0	21	4,5
Bancários	17	3,7	0	0,0	17	3,7
Oficiais das Forças Armadas	12	2,6	0	0,0	12	2,6

Agricultores	9	2,0	0	0,0	9	1,9
Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	4	0,9	0	0,0	4	0,9
Outros militares	4	0,9	0	0,0	4	0,9
Padres	4	0,9	0	0,0	4	0,9
Trabalhadores Rurais	2	0,4	0	0,0	2	0,4
Domésticas	0	0,0	1	11,1	1	0,2
Desempregados	1	0,2	0	0,0	1	0,2
Outros	0	0,0	1	11,1	1	0,2
Não refere	1	0,2	0	0,0	1	0,2
Total	455	100,0	9	100,0	464	100,0

Quadro XV: Profissões dos membros das comissões administrativas, 1974-1976

Grupos profissionais dos presidentes e vogais das comissões administrativas	H	% H	M	% M	H+M	% H+M
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	381	15,5	17	18,5	398	15,6
Comerciantes	337	13,7	1	1,1	338	13,3
Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços e Vendedores	331	13,5	6	6,5	337	13,2
Professores	190	7,7	41	44,6	231	9,1
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	214	8,7	6	6,5	220	8,6
Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	206	8,4	0	0,0	206	8,1
Funcionários Públicos	169	6,9	7	7,6	176	6,9
Empresários / Industriais	175	7,1	0	0,0	175	6,9
Agricultores	115	4,7	1	1,1	116	4,6
Bancários	110	4,5	0	0,0	110	4,3
Proprietários	107	4,4	1	1,1	108	4,2
Outros militares	24	1,0	0	0,0	24	0,9
Oficiais das Forças Armadas	22	0,9	0	0,0	22	0,9
Trabalhadores Rurais	20	0,8	0	0,0	20	0,8
Não refere	19	0,8	0	0,0	19	0,7
Estudantes	15	0,6	2	2,2	17	0,7
Padres	15	0,6	0	0,0	15	0,6
Domésticas	0	0,0	9	9,8	9	0,4
Pescadores	3	0,1	0	0,0	3	0,1
Outros	1	0,0	1	1,1	2	0,1
Desempregados	1	0,0	0	0,0	1	0,0
Total	2455	100,0	92	100,0	2547	100,0

Como se pode observar, os “Especialistas” continuaram a maioria, tanto nos presidentes, como no conjunto dos membros das comissões administrativas. Contudo, as proporções divergem nos universos analisados: os presidentes distribuem-se por 32,1% neste grupo (entre os quais 43,5% advogados, notários, conservadores de registos e estagiários, 25,9% médicos, 14,3% engenheiros, 4,8% veterinários, 4,1% economistas, e os restantes 8% distribuem-se por 4 arquitetos, 4 farmacêuticos, um escultor, um geólogo, um jornalista, um matemático e um maestro musical), enquanto, somando os vogais, este valor desce para 15,6%. A distinção por género também é significativa: a percentagem de mulheres professoras é substancialmente mais alta do que a dos homens, tanto nos presidentes como nos vogais, apesar do número ser menor. No total, entre os 62 presidentes com a profissão de professor a maioria ensinava no ensino primário, seguido do ensino secundário.

Quadro XVI: Professores nas comissões administrativas, 1974-1976

Presidentes das comissões administrativas, 1974-1976: Professores	Nº	%
Professor Primário	25	40,3
Professor do Ensino Secundário	21	33,9
Professor do ensino técnico	6	9,7
Professor do ciclo preparatório	5	8,1
Professor (indiscriminado)	2	3,2
Professor universitário	2	3,2
Professor de educação física	1	1,6
Total	62	100,0

Os grupos nos quais os homens têm os valores mais elevados, os comerciantes, o pessoal administrativo e os técnicos, não têm efetivos femininos. Os funcionários públicos, uma categoria que passou a ter um peso substancial, apresenta aqui um valor de 8,1%, que, para as mulheres, é de 22,2%. No total dos presidentes e vogais, sem dúvida que os comerciantes e o pessoal administrativo se aproximam dos valores do primeiro grupo, o que nos dá uma ideia clara do peso e da mobilização que estes grupos revelaram nas sociedades locais neste período de transição. Imediatamente a seguir destacam-se os técnicos, os operários, artífices e operadores de máquinas, os funcionários públicos e os empresários / industriais. De qualquer modo, o que se ressalva deste exercício é uma enorme aproximação entre os valores de cada categoria

profissional, e a respetiva variedade. Integrado no “Período Revolucionário em Curso”, houve um alargamento nítido e intencional do grupo sociológico das elites locais. Surgiram categorias até então impensáveis, como uma vendedeira de fruta, operários de várias indústrias e trabalhadores rurais. Verificou-se também a total promiscuidade entre as categorias profissionais: numa mesma comissão administrativa conviviam grupos que podem considerar-se opostos e inconciliáveis no espectro sócio profissional. Por exemplo, na comissão administrativa nomeada para Almada, o presidente era um orçamentista e o grupo de seis vogais incluía uma empregada de escritório, um operário corticeiro, um electricista, um empregado no Arsenal do Alfeite, um advogado e um empregado bancário. E em Famalicão o presidente era engenheiro e os vogais incluía um médico, uma professora primária, um comerciante, um advogado, um mecânico e um industrial.

Foi ainda possível apurar as idades de 91 presidentes de comissões administrativas à data da tomada de posse: tinham uma média de 44 anos. E o local de nascimento e de residência também se apurou em 49 e 66 presidentes, respetivamente. Em 34 dos casos (69%) o presidente era natural do mesmo concelho onde foi nomeado, em 12 não era e em 3 era do mesmo distrito, mas dum concelho vizinho. E apenas num dos casos o presidente não residia no mesmo distrito e em quatro residia num concelho vizinho.

Entre 1976 e 2012, os presidentes de câmara eleitos apresentam categorias profissionais variadas, entre as quais predominam ainda os “Especialistas”, mas com percentagens mais baixas que no regime anterior.

Quadro XVII: Profissões dos Presidentes de Câmara, 1976-2012

Grupos profissionais dos Presidentes de Câmara, 1976-2012	Nº	%
Agricultores	19	1,57
Bancários	87	7,19
Comerciantes	33	2,73
Empresários / Industriais	81	6,69
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	311	25,70
Funcionários Públicos	150	12,40
Oficiais das Forças Armadas	14	1,16
Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	24	1,98
Outros militares	2	0,17

Padres	5	0,41
Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços e Vendedores	74	6,12
Professores	248	20,50
Proprietários	13	1,07
Quadros Superiores e Dirigentes da Administração Pública e Empresas	47	3,88
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	98	8,10
Trabalhadores Rurais	4	0,33
Total de profissões apuradas	1210	100,00

Assistiu-se ao crescimento das percentagens de professores e funcionários públicos e ainda de técnicos intermédios e bancários.

A análise dos dados permite-nos chegar às seguintes conclusões sobre a distribuição regional das categorias profissionais: os especialistas, os bancários e os empresários encontram-se mais no litoral, os professores, os funcionários públicos, o pessoal administrativo, os comerciantes, os operários e artífices, os agricultores e os trabalhadores rurais mais no interior. Estas são as categorias que mais se destacam por se afastarem da média. Por região: salientam-se os especialistas em Lisboa e no Norte, os professores no Norte, os funcionários públicos nas ilhas, os técnicos em Lisboa e no Sul, os bancários no Sul e Ilhas, o pessoal administrativo no Sul, os empresários e industriais no Centro e em Lisboa, os comerciantes no Norte e nas ilhas, os quadros nas ilhas, os operários e artífices em Lisboa e no Sul, os agricultores no centro, os oficiais do exército em Lisboa e no Norte, padres no Centro e ilhas, trabalhadores rurais no Sul. Tudo isto condiz com as categorias que nas respetivas regiões são mais numerosas, o que confirma que, ao contrário do período do Estado Novo, um dos critérios verificados em cada concelho é o da relação entre o presidente eleito e a composição social e demográfica do respetivo eleitorado. No que diz respeito à urbanidade / ruralidade, nas capitais de distrito os especialistas das profissões intelectuais e científicas continuam dominantes, com 43%, mais do que os valores que se encontraram nas comissões administrativas (36,4%), e em comparação com o total do país.

Mais concretamente, enquanto as elites locais do norte alentejano foram maioritariamente substituídas em consequência da transição para a democracia (os grupos sócio profissionais dominantes eram os dos grandes proprietários rurais e licenciados e passaram a ser os dos funcionários com habilitações médias e, nalguns

casos, superiores, os bancários e os professores primários e secundários, todos eles sem qualquer ligação à propriedade fundiária), outras elites de outras regiões do país demonstraram uma permanência do enquadramento social de origem dos seus membros e do capital escolar e profissional que adquiriram. Com a subalternização da agricultura e a enorme falta de oportunidades profissionais a nível local que se verifica no presente, tanto na indústria como nos serviços, as câmaras tornaram-se numa das principais fontes de emprego nos concelhos, substituindo os agricultores nessa função de utilização da maior parte da mão-de-obra local. Esse é um dos motivos porque os grupos atualmente no poder autárquico no Alentejo se encontram muito mais ligados às áreas dos serviços e a sua vinculação ou não à propriedade fundiária tornou-se irrelevante, pois esta já não confere o prestígio social e político que antes conferia. E em muitos casos nem sequer confere o poder económico, pois além da terra já não estar diretamente relacionada com os altos rendimentos que antes proporcionava, o facto de empregar muito pouca mão-de-obra afasta-a por completo dos interesses dos eleitores. Os critérios de recrutamento das elites viraram-se então quase exclusivamente para a filiação política, se bem que a simpatia pessoal e os serviços sociais prestados à comunidade tenham adquirido uma nova importância. A recomposição sócio profissional das elites locais foi sem dúvida despoletada pela revolução política, mas o afastamento dos grandes proprietários de terras dos cargos da administração local mantém-se inalterável. E acentua-se a profissionalização da gestão autárquica. Além do mais, a administração autárquica já não confere o prestígio de outros tempos.

As habilitações deste grupo caracterizam-se por uma forte componente de indivíduos com cursos superiores. Especialmente no período do Estado Novo, apenas 7,1% não tinha estudos de nível superior. No período democrático este valor subiu para 27%.

Quadro XVIII: Habilitações dos Presidentes de Câmara, 1937-1974

Habilitações dos Presidentes de Câmara, 1937-1974	Nº	%
Ensino Primário	2	0,14
5º ano do liceu (atual 9º ano)	3	0,22
Bacharelato	26	1,87
Curso técnico	17	1,22
Doutoramento	15	1,08
Ensino Secundário	8	0,57
Estudos superiores	569	40,85
Licenciatura	676	48,53
Magistério Primário	68	4,88
Pós-Graduação	8	0,57
sem estudos	1	0,07
Total apurado	1393	100,00

Quadro XIX: Habilitações dos Presidentes de Câmara, 1976-2012

Habilitações dos Presidentes de Câmara, 1976-2012	Nº	%
9º ano de escolaridade	17	1,94
Bacharelato	10	1,14
Ciclo preparatório	7	0,80
Curso técnico	109	12,43
Doutoramento	3	0,34
Ensino Primário	17	1,94
Ensino secundário	39	4,45
Estudos superiores	69	7,87
Licenciatura	499	56,90
Magistério Primário	48	5,47
Mestrado	23	2,62
Pós-Graduação	36	4,10
Total apurado	877	100,00

Quadro XX: Média de idades na posse

Presidentes das câmaras	Médias
1937-1974	45,2
1976-2012	43,4

Salienta-se a juventude das novas elites democráticas: houve dois eleitos com 22 anos, um com 23 e dois com 24 anos. E um dos mais novos foi precisamente um dos “dinossauros”, o presidente da câmara de Castro Verde, Fernando Sousa Caeiros. O presidente da câmara de Braga tinha 29 anos quando foi eleito, o presidente de

Reguengos de Monsaraz era o mais velho deste grupo, com 43 anos, e foi apenas substituído em 2009, já com 76 anos. O presidente mais velho tomou posse em Albergaria-a-Velha com 73 anos, já tinha sido presidente antes de 1974 e foi também presidente da comissão administrativa. Foi um dos raros casos de transição de regime. Cumpriu o mandato de três anos e ainda foi reeleito em 1979, mas não chegou a tomar posse em 1980, porque faleceu, com 77 anos. O mais idoso a abandonar o cargo foi António da Silva Teixeira, que foi por duas vezes presidente da câmara de Vila Nova de Ourém: cumpriu dois mandatos pelo CDS, primeiro em 1976, tomando posse com 71 anos, e de novo em 1982, mandato que completou em 1985 quando já tinha 80 anos.

Naturalidade: 64,4% nasceram no mesmo concelho, mais 13% nasceram no mesmo distrito, portanto apenas 22,6% são de fora²⁹. Residência: 89,3% residem no mesmo concelho onde são presidentes, aos quais se somam 6,7% que residem no mesmo distrito.

É interessante fazer uma recensão da complexidade das mobilidades partidárias dos indivíduos que foram reeleitos para as câmaras municipais. A evidência é que 40,4% foram eleitos sempre pelo PSD (incluindo a AD), 32,3% pelo PS, 12,4% pelo PCP e suas coligações, 5,9% pelo CDS (incluindo a AD) e 1,9% exclusivamente pela AD. Os restantes 7,1% (79 casos) têm percursos que implicam mudanças de partido, nalguns casos atravessando quase todo o espectro partidário. Entre estes há 14 que passaram do PSD para o CDS e mais 13 que fizeram o percurso inverso. Há cinco que passam do PSD para o PS e outros quatro que também fizeram o contrário. Três mudaram do PCP para o PS e outros três do PS para o CDS. Depois há casos residuais de um indivíduo que foi eleito sucessivamente pelo CDS, pela AD, depois pelo PS e finalmente pelo PSD; outro que passou do CDS para o PPM; outro do PPM para o PSD; outro do PRD para o PS; ainda um do PS para a AD e um da UDP para o PS.

Entre os presidentes de câmara e vereadores há numerosos casos de profissionais das mais diversas áreas que ocupam estes cargos na situação de reforma: enquanto nas câmaras capitais de distrito ou de importância relevante em qualquer área as carreiras políticas podem levar a uma ascensão a outros cargos políticos, como governador civil, deputado ou mesmo no governo central, nas câmaras de menor importância são muito

²⁹ Ao contrário do que Fernando Ruivo afirmou, quando escreveu que “geralmente não são originários do local da sua eleição”, *op. cit.*, p. 86.

frequentes os casos de pessoas que exerceram a sua vida profissional naquele ou noutro concelho e que, depois de reformados e de volta à vila ou cidade de origem, se dedicam à administração local. Por outro lado, verifica-se atualmente o fenómeno contrário de ministros e deputados que concorreram a presidências de câmara.

Em resumo, o perfil social e demográfico dos autarcas portugueses integra-se na tendência internacional dos três M: *male, middle aged and middle class*, não se afastando muito do dos deputados. Em comparação com os ministros, verificam-se taxas de especialização francamente mais baixas entre os presidentes das câmaras³⁰.

4. Transição de regime e mobilidades

No período do Estado Novo verificou-se uma mobilidade política bastante baixa entre Presidentes de Câmara, Governadores Cíveis e outros níveis do Governo. E entre regimes a mobilidade foi quase nula: no total, apenas 1,1% dos presidentes eleitos de 1976 em diante tinham sido presidentes de câmara antes de 1974. Mais de 98% dos presidentes de câmara até 1974 foram completamente afastados da vida política com o novo regime. E nenhum governador civil nomeado antes de 1974 o voltou a ser depois: apenas um foi eleito presidente de câmara em 1985, dois foram eleitos deputados na mesma época e dois foram eleitos presidentes de assembleias municipais. Houve também cinco governadores civis nomeados depois de 1974 que tinham exercido cargos no Estado Novo: dois tinham sido procuradores à câmara corporativa, um tinha sido presidente de câmara e depois também foi eleito presidente de câmara, e dois tinham sido vice-presidentes de câmara antes de 1974.

Apenas 26 presidentes de câmara até 1974 transitaram de regime: seis foram presidentes das comissões administrativas em 1974, nove foram deputados da Assembleia da República, 13 foram presidentes de câmara depois de 1976, um foi governador civil depois de 1976 e outro foi presidente de uma assembleia municipal³¹. Entre os presidentes das comissões administrativas (1974-1976), há 14 que transitaram de regime (3%), sete foram presidentes antes (1,5%) de 1974 e sete foram vice-presidentes. Presidentes de câmara depois de 1976: 24 transitaram de regime (2%), entre

³⁰ António Costa Pinto e Pedro Tavares de Almeida, “Portuguese Ministers, 1851-1999: Social Background and Paths to Power”, *South European Society and Politics*, 2 (2002): 5-40.

³¹ Estes dados dão um total de 30, mas dos 13 que foram presidentes de câmara depois de 1976, 2 também o foram de comissão administrativa, 1 foi também governador civil e 1 foi também deputado da Assembleia da República.

os quais há 13 que foram presidentes de câmara antes de 1974 (1,1% do total ou 4,3% sobre as 304 câmaras), nove tinham sido vice-presidentes (0,8 do total e 3% sobre as 304 câmaras existentes), dois tinham sido deputados da Assembleia Nacional (um dos quais também tinha sido presidente de câmara antes de 1974) e um tinha sido governador civil antes de 1974.

Entre 1976 e 2005, 12,3% dos presidentes de câmara tinham sido deputados da Assembleia da República e 1,1% foram deputados europeus, tanto antes como durante ou depois do cargo autárquico. O percurso não é apenas das autarquias para o parlamento: houve mais deputados a serem eleitos presidentes de câmara que vice-versa. Sem dúvida que a experiência política prévia conta para as eleições locais e o que se observa é que cada indivíduo segue o percurso político mais conveniente na altura, especialmente quando há uma alteração no Governo e os ministros, secretários de estado e deputados perdem o lugar. Então, é frequente o seu partido colocá-los num lugar elegíveis nas listas locais. Verifica-se também mobilidade entre estes lugares políticos e s cargos de chefia em empresas públicas. A carreira política inclui ainda, em vários casos, a presidência de clubes de futebol, o que se enquadra numa tendência internacional.

5. A participação feminina na política local

Apesar de algumas câmaras já terem incluído mulheres no seu corpo de vereadores, como por exemplo a Ponte de Sor entre 1957 e 1961 ou Loulé em 1973, e em 22 de maio de 1973 ter sido nomeada a primeira mulher vice-presidente de câmara no concelho de Gouveia, distrito da Guarda³², durante o período do Estado Novo não houve uma única mulher a exercer o cargo de presidente da câmara.

Nas comissões administrativas nomeadas para as câmaras em 1974 foram nomeadas as primeiras mulheres presidentes: na Arruda dos Vinhos, distrito de Lisboa, a Licenciada em Direito Aldina Ester Ribeiro da Silva Graça, notária, e em Oleiros, distrito de Castelo Branco, Maria Guiomar Romão, doméstica. No total foram nomeadas nove mulheres, o que corresponde a 1,9% do universo considerado. Entre os 227 vice-presidentes nomeados para as comissões administrativas, seis eram mulheres,

³² Maria de Lurdes Fernandes de Almeida, Licenciada em Direito, *DG II*, nº 123, 25/05/1973.

o que corresponde a 2,6%. Somando os vogais, houve 92 mulheres nas comissões administrativas, o que corresponde a 3,6%.

Entre 1976 e 2005 foram eleitas 37 mulheres presidentes de câmara, o que representa 2,8% do total dos eleitos nesse período.

Quadro XXI: Presidentes de Câmara, divisão de género, 1976-2005

Eleições:	Mulheres eleitas	%	Homens eleitos	%	Total de eleitos
1976	5	1,6	299	98,4	304
1979	4	1,3	301	98,7	305
1982	6	2	299	98	305
1985	4	1,3	301	98,7	305
1989	7	2,3	298	97,7	305
1993	5	1,6	300	98,4	305
1997	12	3,9	293	96,1	305
2001	16	5,2	292	94,8	308
2005	19	6,2	289	93,8	308
Totais	78		2672		
Médias	8,7	2,8	296,9	97,2	100

O cargo de governador civil também se manteve um exclusivo masculino até 1980, ano em que foi nomeada a primeira governadora civil, mais precisamente no distrito de Évora. Até 1994 foram nomeadas mais três, o que, para um total de 114 governadores civis nomeados entre 1974 e 1994 representa 3,5%³³. Em Lisboa foi nomeada a primeira vice-governadora civil em 1974.

Perante um universo tão reduzido, a caracterização do grupo das mulheres presidentes de câmara torna-se necessariamente limitada e quase personalizada. De qualquer modo, podemos adiantar que os níveis de escolaridade apurados nos revelam habilitações mais altas para as mulheres do que para os homens, o que condiz com a realidade demográfica portuguesa. As mulheres presidentes das comissões administrativas tinham estudos superiores em 55,5% dos casos, enquanto os homens os

³³ *Governos Civis. Mais de um século de história*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, 1994.

tinham em apenas 49,2%; somando os vogais, as mulheres apresentavam habilitações superiores em 64,13% dos casos, enquanto os homens em apenas 25,1%. Durante o período eleitoral, entre 1976 e 2005, 58% das mulheres tinham habilitações superiores, enquanto os homens tinham apenas 43%. No que diz respeito aos grupos profissionais, as mulheres presidentes das comissões administrativas apresentam uma maioria de 55,5% de professoras e especialistas das profissões intelectuais e científicas: três professoras do ensino secundário e duas licenciadas em direito (uma conservadora do registo civil e uma notária), enquanto os homens destes grupos representam apenas 45,3%. E no período eleitoral as mulheres aumentaram esta percentagem para 59%, enquanto os homens desceram para 44%. Distribuição geográfica das mulheres na presidência das câmaras: salientam-se os distritos do litoral com 71% e os valores mais altos nos distritos de Lisboa, Setúbal e Aveiro, o que coincide com as taxas de atividade feminina por região.

Quadro XXII: Mulheres presidentes de câmara, distribuição por distrito, 1976-2005

Distribuição, por distrito, das mulheres presidentes de câmara, 1976-2005:	Nº	%
Angra do Heroísmo	1	3,2
Aveiro	4	12,9
Castelo Branco	2	6,5
Coimbra	2	6,5
Évora	2	6,5
Faro	1	3,2
Guarda	1	3,2
Leiria	1	3,2
Lisboa	4	12,9
Ponta Delgada	1	3,2
Portalegre	2	6,5
Porto	2	6,5
Santarém	2	6,5
Setúbal	5	16,1
Viana do Castelo	1	3,2
Total	31	100

Este grupo apresenta uma média de idades na tomada de posse de 44,3 anos, mais alta que a média total de 43,4, o que nos permite afirmar que as mulheres são em geral eleitas com mais idade do que os homens. O tempo médio de duração dos seus mandatos é de 7,3 anos (pouco abaixo da média geral de 8,4) e são maioritariamente naturais de outros concelhos: 50% são de outros distritos, 22,7% são do mesmo distrito,

mas de outro concelho e apenas 27,3% são naturais do mesmo concelho onde foram eleitas (contra os 64,4% do total). A residência é que é também no próprio concelho em 90% dos casos e mais 7% no mesmo distrito. As opções partidárias das mulheres eleitas repartem-se por 38,7% do PSD, 29% do PS e 29% do PCP e suas coligações. Apesar do PSD ser o partido que reúne a maior parte das mulheres eleitas, são os partidos mais à esquerda do espectro político que detém a maioria: somando o PS com o PCP e suas coligações, obtemos um total de 58%.

Conclusões

Estas são algumas das características das elites locais e respetiva evolução face aos acontecimentos do período de transição revolucionário que marcou o panorama político português entre 1974 e 1976. Confirma-se a quase total substituição das elites do Estado Novo por novos indivíduos, a diversificação das categorias profissionais e a introdução de novas, sem, no entanto, se perder o predomínio do grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas com altos níveis de escolaridade.

Segundo Fernando Ruivo o advento da democracia foi um motor de mutação. Atualmente, nas autarquias, a ocupação do eleito dá relevo aos profissionais da classe média, que “tendem a ser portadores de um diferente modo de se relacionarem quer com a política, quer com a comunidade”³⁴. Porém, terá isto acontecido em consequência da transição para a democracia? Ou as elites políticas locais sofreram uma lenta evolução ao longo dos últimos 38 anos, em resultado de numerosos outros fatores, como a integração europeia, os novos métodos de financiamento das autarquias, e a própria evolução demográfica, económica e social que redesenhou o mapa do território nacional? A recomposição social das câmaras, com a introdução de mudanças consideráveis, seguida de estabilização condiz com a descrição que Schmitter faz da transição democrática portuguesa: “do arrebatamento impetuoso de uma transição revolucionária, até à rotina satisfatória (embora prosaica) de uma democracia consolidada”³⁵.

³⁴ Ruivo, Fernando, *op. cit.*, p. 86.

³⁵ Philippe C. Schmitter, *Portugal: do autoritarismo à democracia* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999): 19.

Bibliografia:

Almeida, Maria Antónia Pires de e Maria Cristina Joanaz de Melo, “As Novas Ruralidades: Do Lavrador ao Empresário Agrícola, Do Espaço Agrário ao Espaço Lazer”, org. Márcia Maria Menendes Motta, *Terras Lusas: A Questão Agrária em Portugal* (Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007): 105-142.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997”, org. António Costa Pinto e André Freire, *Elites, Sociedade e Mudança Política* (Oeiras: Celta Editora, 2003): 9-42.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Elites locais do Estado Novo à Democracia”, *Revista de Administração Local*, 213 (2006): 267-285.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX”, *Análise Social*, vol. XLIII (188) (2008): 627-645.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Independents and Citizen’s Groups in Portuguese Municipalities”, ed. Marion Reiser, Everhard Holtmann, *Farewell to the Party Model? Independent Local Lists in East and West European Countries* (Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2008): 233-251.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Memory and trauma of the Portuguese Agrarian Reform: a case study”, *Portuguese Journal of Social Science*, 6 (2) (2007): 63-76.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “O mundo rural e os novos desafios”, coord. Tomaz Dentinho e Orlando Rodrigues, *Periferias e Espaços Rurais. Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais* (Estoril: Príncipe Editora, 2007): 295-317.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de Câmara e Governadores Cívicos, 1936-2012”, *Atas I Congresso Anual de História Contemporânea*, coord. Maria Fernanda Rollo, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Ana Paula Pires, João Paulo Avelãs Nunes (IHC / CEIS20 / Rede História, 2012): 448-457.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Partidos e Independentes nos vários níveis de governo: Portugal no contexto Europeu”, org. André Freire, Isabel Estrada Carvalhais, José Leite Viegas, José Palmeira, “Cidadãos, Parlamentos e Representação Política.

Perspetivas Transdisciplinares”, *Perspectivas – Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, 5 (2010): 125-127.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Partidos e Independentes: representação política em Portugal e o contexto Europeu”, *II Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política*, Universidade Federal de São Carlos, Brasil (2011). Publicação eletrónica: http://www.forumcienciapolitica.com.br/especific_files/papers/GT1503.pdf.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Party politics in Portugal: municipalities and central government”, *European Societies*, vol. 10, nº 3 (2008): 357-378.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Percurso de pobreza em meio rural: as mulheres, a doença e o aborto”, org. André Freire, *Sociedade Civil, Democracia Participativa e Poder Político. O Caso do Referendo do Aborto, 2007* (Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 2008): 21-39.

Almeida, Maria Antónia Pires de, “Women in Portuguese politics”, *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 8, n. 2 (2009): 177-189.

Almeida, Maria Antónia Pires de, *A Revolução no Alentejo. Memória e Trauma da Reforma Agrária em Avis* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006).

Almeida, Maria Antónia Pires de, *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis – 1886-1941* (Lisboa, Edições Colibri, 1997).

Almeida, Maria Antónia Pires de, *Memórias Alentejanas do Século XX* (Cascais: Princípia, 2010).

Almeida, Maria Antónia Pires de, *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de Câmara e Governadores Cívicos, 1936-2012* (Lisboa: 2013).

Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico* (Lisboa: Difel, 1989).

Carvalho, Rita Almeida de e Tiago Fernandes, “A elite política do marcelismo: ministros, secretários / subsecretários de Estado e deputados (1968-1974)”, org. António Costa Pinto e André Freire, *Elites, Sociedade e Mudança Política* (Oeiras: Celta Editora, 2003): 67-96.

Freire, André (coord.), *Recrutamento Parlamentar: os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura* (Lisboa: STAPE, MAI, 2001).

Governos Civis. Mais de um século de história (Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, 1994).

Inglehart, Ronald and Pippa Norris, *Rising Tide. Gender Equality and Cultural Change around the World* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003).

Mendes, José Amado, “O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos”, *Análise Social*, vol. XXVII (116-117) (1992): 357-365.

Mendes, Maria Manuela, “As Elites Políticas num Concelho da Área Metropolitana do Porto”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14 (1993): 177-198.

Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)* (Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 1996).

Pasquino, Gianfranco, “The study of political science: methods and goals”, coord. Cristina Montalvão Sarmiento, Isabel Cluny, *Ciência Política, Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, vol. XVI-XVII, IIª série (2003): 13-31.

Pinto, António Costa (coord.), *Os Presidentes da República Portuguesa* (Lisboa: Temas & Debates, 2001).

Pinto, António Costa e Pedro Tavares de Almeida, “Portuguese Ministers, 1851-1999: Social Background and Paths to Power”, *South European Society and Politics*, 2 (2002): 5-40.

Pinto, António Costa, Pedro Tavares de Almeida, Nancy Bermeo (eds.), *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000* (London: Frank Cass, 2003).

Ruivo, Fernando, “Local e Política em Portugal: o Poder Local na Mediação entre o Centro e a Periferia”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 30 (1990): 75-95.

Schmitter, Philippe C., *Portugal: do autoritarismo à democracia* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999).

Vargas, Ana, “Mulheres na Assembleia Nacional (1933-1974)”, *Eleições. Revista de Assuntos Eleitorais*, 6 (2000): 43-67.

Viegas, José Manuel Leite e Sérgio Faria, “Participação Política Feminina. Percursos, Constrangimentos e Incentivos”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 30 (1999): 55-87.

Viegas, José Manuel Leite e Sérgio Faria, *As mulheres na política* (Lisboa: INCM, 1999).

Wollmann, Hellmut, “Local Government Reforms in Great Britain, Sweden, Germany and France: Between Multi-Function and Single-Purpose Organisations”, *Local Government Studies*, 30 (4) (2004): 639-665.